



B1

ISSN: 2595-1661

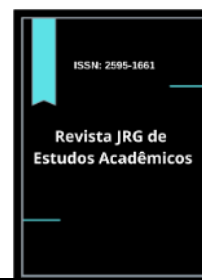
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Medicamentos fitoterápicos: Benefícios e desvantagens do uso da farmácia viva

Phytotherapeutic Medications: Benefits and Disadvantages of Using the Living Pharmacy

DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1588

ARK: 57118/JRG.v7i15.1588

Recebido: 05/11/2024 | Aceito: 14/11/2024 | Publicado *on-line*: 15/11/2024

Lorrane Stephanie da Silva Veras Oliveira¹

<https://orcid.org/0009-0002-6465-2860>

<https://lattes.cnpq.br/8786523602212873>

Faculdade Anhanguera de Brasília

E-mail: veraslorrane@gmail.com

Jhonnatha de Sousa Evangelista²

<https://orcid.org/0009-0009-3007-1671>

<http://lattes.cnpq.br/1887445324595074>

Faculdade Anhanguera de Brasília

E-mail: jhonnathaevangeista@gmail.com

Melissa Cardoso Deuner³

<https://orcid.org/0009-0008-4425-89310>

<http://lattes.cnpq.br/1858895763510462>

Unopar

E-mail: meldeuner@gmail.com



Resumo

O presente estudo aborda os medicamentos fitoterápicos, com ênfase na Farmácia Viva, analisando suas vantagens e desvantagens no tratamento de diversas condições de saúde. O objetivo geral foi discutir o que são medicamentos fitoterápicos e seus benefícios, além de explorar a importância da Farmácia Viva no contexto da saúde pública. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de publicações dos últimos dez anos, focada em fontes científicas e acadêmicas. Ao longo do trabalho, foram destacadas as características dos fitoterápicos, sua regulamentação e os benefícios oferecidos, como a preservação do conhecimento tradicional, a sustentabilidade e a acessibilidade para populações de baixa renda. Entretanto, foram apontados riscos relacionados ao uso indiscriminado, possíveis interações medicamentosas e falta de conhecimento toxicológico de algumas misturas de plantas. O estudo concluiu que, ainda que os fitoterápicos sejam uma alternativa terapêutica promissora, torna-se necessário um uso responsável e supervisionado, bem como o fortalecimento de pesquisas científicas para garantir a segurança e eficácia dos tratamentos. Recomendou-se, ainda, a ampliação de estudos sobre interações medicamentosas e a implementação de políticas públicas que garantam maior controle de qualidade na produção de fitoterápicos.

¹ Graduado(a) em Bacharel em Farmácia.

² Graduado(a) em Bacharel em Farmácia.

³ Graduado(a) em Licenciatura em Química e Bacharel em Farmácia. Mestranda em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. Especialista em Gestão de Recursos Hídricos e Química e Farmácia Forense.

Palavras-chave: Medicamentos Fitoterápicos. Medicina Fitoterápica. Farmácia Viva. Fitoterapia.

Abstract

The present study addresses phytotherapeutic medications, with an emphasis on the Living Pharmacy, analyzing their advantages and disadvantages in treating various health conditions. The general objective was to discuss what phytotherapeutic medications are and their benefits, in addition to exploring the importance of the Living Pharmacy in the context of public health. The research utilized a qualitative methodology, based on a literature review of publications from the last ten years, focused on scientific and academic sources. Throughout the work, the characteristics of phytotherapeutics, their regulation, and the benefits offered, such as the preservation of traditional knowledge, sustainability, and accessibility for low-income populations, were highlighted. However, risks related to indiscriminate use, possible drug interactions, and lack of toxicological knowledge of some plant mixtures were pointed out. The study concluded that, although phytotherapeutics are a promising therapeutic alternative, responsible and supervised use is necessary, as well as the strengthening of scientific research to ensure the safety and efficacy of treatments. Furthermore, the expansion of studies on drug interactions and the implementation of public policies that ensure greater quality control in the production of phytotherapeutics were recommended.

Keywords: *Phytotherapeutic Medications. Phytotherapeutic Medicine. Living Pharmacy. Phytotherapy.*

1. Introdução

A busca por tratamentos de saúde naturais e alternativos tem ganhado destaque significativo nas últimas décadas. À medida que as pessoas buscam abordagens mais holísticas e menos invasivas para cuidar de suas condições de saúde, novas formas de cuidado surgem para os mais diversos tratamentos (Ferreira et al., 2019). Nesse contexto, encontram-se os medicamentos fitoterápicos, muitas vezes associados à farmácia viva, que emergiram como uma opção a mais para aqueles que buscam tratamento.

O Ministério da Saúde define a fitoterapia como uma terapêutica que tem como base de funcionamento o uso de plantas medicinais, sejam elas usadas de maneira combinada ou isolada com outras, mas sem o uso de substâncias ativas (Brasil, 2004). Isto é, consideram-se medicamentos fitoterápicos aqueles feitos a partir de plantas medicinais ou de suas partes, como raízes, folhas, cascas e flores.

Sabe-se que o uso de plantas medicinais e ervas para tratar doenças e promover a saúde remonta a tempos ancestrais, sendo uma prática profundamente enraizada em diversas culturas ao redor do mundo (Ceratti, 2023). Ademais, destacasse que a fitoterapia não se resume a usar chás e ervas para tratar, mas sim, reconhecer a riqueza cultural e milenar do conhecimento que circunda essa prática (Marques et al., 2019). No entanto, cabe destacar que, apesar de os medicamentos fitoterápicos serem reconhecidos como benéficos para diversas situações, há casos em que podem-se encontrar desvantagens no uso desse tipo de tratamento, como, por exemplo, pode haver interações com outros medicamentos não fitoterápicos (Ceratti, 2023). Desta forma, espera-se estabelecer um diálogo sobre o tema para que se possa ampliar as discussões sobre o uso da fitoterapia. Nesse sentido, a pesquisa

justifica-se tanto teoricamente quanto na prática, pois o conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas e ervas representa uma herança valiosa de diversas culturas ao redor do mundo, oferecendo opções terapêuticas complementares à medicina convencional (Gomes et al., 2022). Além disso, nota-se que a pesquisa científica moderna tem cada vez mais explorado e validado os benefícios da fitoterapia, identificando os compostos ativos nas plantas e compreendendo seus mecanismos de ação de modo a ampliar as possibilidades de tratamento e cura para as mais diversas doenças.

Devido a essa crescente no uso e no estudo de medicamentos fitoterápicos, observa-se a necessidade de uma atualização acerca das possibilidades que esse tipo de tratamento fornece e de conhecer os possíveis malefícios que pode oferecer. Sendo assim, parte-se do pressuposto que elaborar uma revisão bibliográfica sobre a temática insere-se no contexto de contribuir para estudos sobre os medicamentos fitoterápicos, além de ajudar a desmistificar possíveis más concepções e mitos que se criam sobre o uso de plantas e ervas que podem curar. Assim, surgiu o questionamento: o que são e quais as vantagens e desvantagens do uso de medicamentos fitoterápicos? Buscando responder a essa pergunta, o objetivo geral foi discutir sobre o que são medicamentos fitoterápicos e apresentar seus benefícios. Para tanto, os objetivos específicos foram caracterizar o que são medicamentos fitoterápicos; discorrer sobre a importância da Farmácia Viva e debater sobre as vantagens e desvantagens da utilização de medicamentos fitoterápicos.

2. Metodologia

Este trabalho teve seu método baseado em uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva. Portanto, optou-se por consultar materiais publicados nos últimos 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024, e estabelecer uma discussão sobre a temática tomando como base trabalhos já realizados.

A pesquisa foi realizada e desenvolvida por meio de uma revisão de literatura com enfoque em uma leitura interpretativa. Para tanto, foram consultados materiais escritos preferencialmente no idioma português abrangendo o contexto atual do Brasil. A pesquisa baseou-se em materiais disponíveis de maneira virtual, como livros da área, artigos científicos retirados de bases de dados como Lilacs, Pubmed, Scielo, Google Acadêmico, entre outras. Além disso, foram realizadas consultas a sites especializados sobre a temática que pudessem contribuir com conceitos e informações fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. As palavras-chave utilizadas para compor a pesquisa foram: medicamentos fitoterápicos, medicina fitoterápica, Farmácia Viva e fitoterapia.

3. Resultados e Discussão

3.1 Medicamentos Fitoterápicos

Os medicamentos fitoterápicos, definidos como produtos de origem exclusivamente vegetal, têm sido amplamente utilizados para finalidades terapêuticas, englobando o tratamento, alívio ou prevenção de doenças e sintomas. Conforme a definição do Ministério da Saúde, o fitoterápico refere-se a um:

“medicamento fitoterápico que é obtido a partir de matérias-primas vegetais ativas, sendo sua eficácia e segurança embasadas em levantamentos etnofarmacológicos, documentações tecnocientíficas em publicações especializadas ou ensaios clínicos de fase 3, os quais garantem a reprodutibilidade e constância de sua qualidade (Brasil, 2004, s/p).”

Essa definição do Ministério da Saúde evidencia a importância da comprovação científica no uso desses medicamentos, afastando a ideia erroneamente enraizada na sociedade de que se trata de uma prática exclusivamente tradicional ou empírica (Mattos *et al.* 2018).

Os fitoterápicos têm seu desenvolvimento realizado a partir de plantas medicinais ou substâncias extraídas dessas plantas, incluindo partes como raízes, folhas, flores, cascas e sementes. Contudo, deve-se destacar que não se enquadram como fitoterápicos os produtos que contenham substâncias ativas isoladas, mesmo que de origem vegetal, ou que combinem extratos vegetais com essas substâncias isoladas. Essa distinção ganha relevância por assegurar que os fitoterápicos mantenham sua identidade como medicamentos que respeitam a complexidade das misturas naturais, as quais podem apresentar efeitos terapêuticos mais amplos e integrados do que moléculas isoladas (Brasil, 2004). Esses medicamentos apresentam em seu processo de produção rigorosos padrões farmacêuticos, que incluem etapas de controle de qualidade, formulação, e testes de estabilidade, além de serem comercializados em formas farmacêuticas diversas como cápsulas, comprimidos, xaropes, e extratos líquidos (Ferreira *et al.*, 2019).

Conforme esclarecem Saraiva *et al.* (2015), a regulamentação dos fitoterápicos, que se equipara em rigor à dos medicamentos sintéticos, tem como propósito garantir a segurança do consumidor, assegurando que os produtos disponibilizados no mercado atendam aos requisitos necessários de eficácia e segurança. Trata-se de um processo que inclui o controle de qualidade das matérias-primas, a padronização dos métodos de extração e a validação dos efeitos terapêuticos por meio de estudos clínicos controlados (Carnevale; Bandeira; De Barros, 2021).

A fitoterapia transcende o simples preparo de chás e infusões, incorporando um vasto conhecimento acumulado ao longo de milênios, refletindo a sabedoria tradicional de diversas culturas que utilizam plantas medicinais como parte integral de seus sistemas de saúde, sendo uma prática milenar notadamente significativa em sociedades que valorizam a relação harmônica com a natureza e que buscam tratamentos menos invasivos, e mais alinhados com os processos naturais do corpo. (Marques *et al.*, 2019).

No decorrer da história, diversas culturas desenvolveram sistemas medicinais complexos baseados em plantas, como a medicina tradicional chinesa, a *ayurveda* na Índia e as práticas xamânicas indígenas, cada uma com seu repertório específico de plantas e técnicas de uso (Ceratti, 2023).

Ferreira *et al.* (2019) destacam que apesar da crença popular de que a fitoterapia pode ser ineficaz ou atuar meramente como um placebo, há evidências científicas robustas que avalizam seu uso. No Brasil, iniciativas como a Política

Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), ambas integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), têm promovido a pesquisa e a incorporação da fitoterapia como uma opção válida e segura no tratamento de diversas condições de saúde (Brasil, 2006; Brasil, 2006). Essas políticas refletem um esforço institucional para ampliar as possibilidades terapêuticas dentro do sistema de saúde pública, reconhecendo a importância da fitoterapia como um complemento às abordagens médicas convencionais (Saraiva *et al.*, 2015).

A crescente popularidade da fitoterapia na sociedade vem ganhando evidência em virtude da proliferação de farmácias especializadas, como as

"Farmácias Vivas", cada vez mais incorporadas e implementadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) (Da Silva Júnior *et al.* 2023). Para Do Carmo e Da Silva (2023), essas farmácias, além de fornecerem medicamentos fitoterápicos, desempenham uma função educacional, promovendo a utilização racional e segura das plantas medicinais, e contribuindo para a disseminação do conhecimento sobre a fitoterapia na comunidade.

Este movimento de integração da fitoterapia ao sistema de saúde pública reflete uma tendência global de valorização das práticas de saúde integrativas, que buscam incorporar o conhecimento tradicional ao rigor científico moderno para oferecer cuidados de saúde mais completos e personalizados (Mattos *et al.* 2018; Saraiva *et al.*, 2015).

3.2. A Farmácia Viva e sua importância

O conceito de Farmácia Viva foi idealizado na década de 1980 pelo professor Francisco José de Abreu Matos, da Universidade Federal do Ceará, um dos pioneiros na sistematização do uso de plantas medicinais no Brasil. Durante essa época, o professor Matos conduziu diversas expedições pela região nordeste do país, com o objetivo de investigar e documentar a medicina popular e as tradições relacionadas ao uso de plantas medicinais, práticas que estavam profundamente enraizadas na cultura

local (Neris *et al.* 2023). O pesquisador recolheu uma vasta quantidade de informações sobre o uso tradicional das plantas, e dedicou-se a transformar esse saber popular em conhecimento acadêmico estruturado, contribuindo para a validação científica da fitoterapia e sua integração nos sistemas formais de saúde (Carnevale; Bandeira; De Barros, 2021).

A Farmácia Viva, segundo o conceito desenvolvido por Matos e amplamente discutido por estudiosos como Carnevale, Bandeira e De Barros (2021), envolve um processo completo e sistemático que abrange todas as etapas necessárias para garantir a eficácia e a segurança do uso de plantas medicinais. Nesse sentido, conforme explicam Pereira *et al.* (2015, p. 46):

“A Farmácia Viva deve contemplar desde o cultivo das plantas medicinais, passando pela coleta e processamento, até o armazenamento, manipulação e dispensação de preparações magistrais e oficinais. Esse modelo não se restringe apenas à produção de medicamentos fitoterápicos, mas também engloba a formação e conscientização da população sobre o uso correto dessas plantas, além de assegurar a qualidade das matérias-primas utilizadas e das formulações finais.”

A essência da Farmácia Viva reside na oferta de assistência farmacêutica fitoterápica baseada em evidências científicas, promovendo o uso adequado e consciente das plantas medicinais disponíveis em uma determinada região (Neris *et al.* 2023). Consiste em um modelo que visa garantir que a população tenha acesso a tratamentos seguros, eficazes e de baixo custo, utilizando recursos naturais locais de forma sustentável (Rosa *et al.*, 2022).

Cabe ressaltar que a Farmácia Viva tem uma importância social bastante significativa, de modo particular para as populações de baixa renda, que muitas vezes têm acesso limitado a medicamentos convencionais por distintas razões (Pereira *et al.*, 2015). Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) que oferecem esse serviço, os medicamentos fitoterápicos são disponibilizados gratuitamente, o que

representa um importante diferencial em termos de equidade no acesso à saúde (Da Silva Júnior *et al.* 2023).

Esse modelo de atenção farmacêutica representado pela Farmácia Viva, portanto, expande as opções terapêuticas disponíveis para a população e contribui para a promoção da saúde e a diminuição das desigualdades sociais, integrando-se ao Sistema Único de Saúde (SUS) como uma alternativa viável e eficaz para o tratamento de diversas condições de saúde (Rosa *et al.*, 2022; Da Silva Júnior *et al.* 2023).

Neves *et al.* (2022) destacam que o desenvolvimento das Farmácias Vivas também promove a pesquisa e inovação no campo da fitoterapia, incentivando a realização de estudos científicos que possam comprovar a eficácia e a segurança das plantas utilizadas.

Essa abordagem, ao mesmo tempo que valoriza o conhecimento popular, busca integrar esse saber ao conhecimento científico, contribuindo para a criação de políticas públicas de saúde que reconheçam a fitoterapia como uma prática legítima e eficaz no contexto da medicina integrativa (Carnevale; Bandeira; De Barros, 2021; NEVES *et al.*, 2022).

3.3. Vantagens e desvantagens do uso de medicamentos fitoterápicos

A valorização do conhecimento tradicional representa uma das grandes vantagens da fitoterapia, pois esta prática colabora significativamente para a preservação e transmissão dos saberes ancestrais sobre o uso de plantas medicinais de geração em geração, constituindo-se em um processo de perpetuação cultural decisivo para a manutenção da identidade das comunidades, sobretudo em regiões onde a medicina tradicional preenche uma função central no cuidado à saúde (Da Silva Júnior *et al.* 2023).

Nesse sentido, o conhecimento tradicional, muitas vezes transmitido oralmente, encontra na fitoterapia um veículo para sua preservação, garantindo que práticas medicinais que remontam a séculos continuem a ser utilizadas e valorizadas. Essa preservação cultural também reflete uma resistência à homogeneização dos sistemas de saúde, permitindo que as particularidades e riquezas de cada comunidade sejam reconhecidas e integradas ao sistema de saúde mais amplamente (Marques *et al.*, 2019).

Além disso, enfatizam Neves *et al.* (2022), a fitoterapia promove a sustentabilidade, destacando-se pelo cultivo de plantas medicinais em hortas e jardins de ervas, o que permite um controle rigoroso sobre a qualidade, pureza e origem das plantas utilizadas, sendo esse controle um elemento primordial para assegurar que os tratamentos oferecidos sejam eficazes e seguros para os pacientes.

A agricultura de plantas medicinais, quando realizada de forma sustentável, contribui para a conservação da biodiversidade local e pode incentivar práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente (Fernandes Filho *et al.* 2024). De forma complementar, De Medeiros *et al.* (2023) salientam que o cultivo local de plantas medicinais pode reduzir a dependência de medicamentos importados, fortalecendo a autonomia das comunidades e promovendo a sustentabilidade dos sistemas de saúde locais. Ainda destacando as vantagens da fitoterapia, a autonomia comunitária surge nessa perspectiva, notadamente no que se refere as Farmácias Vivas, pois ao possibilitar o cultivo local de plantas medicinais, essas farmácias promovem uma fonte de tratamento autossuficiente, que pode aumentar

a resiliência das comunidades frente a doenças e problemas de saúde (Da Silva; Padilha, 2022).

Essa autossuficiência revela importância particular em áreas remotas ou com acesso limitado aos serviços de saúde convencionais. As comunidades que desenvolvem e mantêm suas próprias hortas medicinais podem se tornar menos dependentes de recursos externos, garantindo que os membros da localidade tenham acesso contínuo a tratamentos eficazes e culturalmente apropriados, independentemente de sua situação socioeconômica (Marques *et al.*, 2019).

Embora a fitoterapia traga inúmeros benefícios, torna-se importante reconhecer e abordar os potenciais riscos associados ao seu uso. A percepção comum de que produtos de origem natural são sempre seguros pode levar a um uso indiscriminado e, conseqüentemente, a reações adversas graves (Alves *et al.*, 2021). Pesquisas realizadas por Da Silva Rodrigues e De Oliveira Alves (2023), alertam que os fitoterápicos frequentemente consistem em misturas complexas de várias plantas, das quais o perfil toxicológico pode não ser completamente conhecido. A falta de conhecimento sobre a toxicidade potencial dessas misturas, combinada com a possibilidade de adulteração, contaminação ou manipulação inadequada, pode resultar em graves conseqüências para a saúde dos usuários. Portanto, profissionais de saúde e pacientes precisam ter ciência dos riscos e devem utilizar esses medicamentos de forma parcimoniosa, responsável e informada. Ademais, outro ponto de atenção levantado na pesquisa de Da Silva Rodrigues e De Oliveira Alves reside no fato de que as plantas medicinais consistem em compostos xenobióticos, ou seja, substâncias estranhas ao organismo humano, implicando que a sua ingestão pode não apenas causar efeitos imediatos, mas também desencadear efeitos tóxicos a longo prazo, muitas vezes de forma assintomática. A acumulação de compostos tóxicos pode, em casos extremos, levar a quadros clínicos severos e até fatais (Da Silva Rodrigues; De Oliveira Alves, 2023). Logo, o uso de plantas medicinais deve ser feito sob supervisão e com conhecimento adequado para minimizar os riscos à saúde e maximizar os benefícios terapêuticos (Alves *et al.*, 2021).

Dado o potencial de riscos, evidencia-se a importância de um conhecimento aprofundado sobre as plantas medicinais utilizadas, tanto nas Farmácias Vivas quanto em outros contextos de comercialização, ressaltam De Souza Lima *et al.* (2021). Esse conhecimento deve ser continuamente expandido e atualizado por meio de pesquisas científicas rigorosas.

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente interesse acadêmico pela fitoterapia, com um aumento significativo na produção de publicações científicas dedicadas a essa área, sendo a expansão desse corpo de conhecimento necessário para a validação e melhoria das práticas fitoterápicas, assegurando que a fitoterapia continue a ser uma opção de tratamento segura, acessível e sustentável para a população (Borges; Sales, 2018). Os autores enfatizam ainda que a pesquisa científica fortalece a base de evidências que sustenta a fitoterapia e assegura que essa prática evolua e se adeque às necessidades e desafios contemporâneos da saúde pública.

A partir disso, nota-se a importância de conhecer bem as plantas medicinais que serão empregadas nas Farmácias Vivas ou comercializadas. Para tal, conforme já citado, observa-se que cada vez mais pesquisadores vem se especializando na temática e novas publicações sobre a fitoterapia vem surgindo, para assim contribuir para um tratamento mais acessível e sustentável para a população.

4. Conclusão

A conclusão deste estudo permitiu uma reflexão aprofundada acerca dos medicamentos fitoterápicos, especialmente no contexto das Farmácias Vivas. O objetivo principal, que foi discutir sobre o que são medicamentos fitoterápicos e apresentar seus benefícios e desvantagens, foi alcançado com sucesso.

A caracterização detalhada dos medicamentos fitoterápicos, associada à discussão sobre a importância das Farmácias Vivas, trouxe clareza sobre a relevância dessas práticas dentro do sistema de saúde pública, principalmente em termos de acessibilidade e sustentabilidade. Além disso, a apresentação das vantagens e desvantagens do uso desses medicamentos, notadamente as preocupações com interações medicamentosas e o uso indiscriminado, reforça a necessidade de um uso consciente e informado.

No entanto, algumas limitações deste estudo foram identificadas, especialmente no que se refere à abrangência dos estudos clínicos disponíveis sobre o uso de fitoterápicos. Apesar do crescente interesse acadêmico e científico, ainda existem lacunas significativas relacionadas à toxicidade a longo prazo e às interações complexas que podem ocorrer entre fitoterápicos e medicamentos convencionais. Esses pontos revelam a necessidade de mais pesquisas e ensaios clínicos controlados para validar de forma mais robusta a eficácia e segurança desses medicamentos, considerando a variabilidade natural das plantas medicinais.

Por fim, o estudo aponta a necessidade de futuros trabalhos que explorem mais profundamente as interações entre fitoterápicos e medicamentos sintéticos, bem como a implementação de diretrizes mais rigorosas para o controle de qualidade na produção desses medicamentos. Recomenda-se também a continuidade da pesquisa sobre as propriedades terapêuticas das plantas e a educação contínua dos profissionais de saúde e da população em geral sobre o uso responsável e informado da fitoterapia, contribuindo assim para o fortalecimento dessa prática no sistema de saúde pública.

Referências

ALVES, Mayana Altoé *et al.* **A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos como terapia alternativa e seus riscos à saúde.** Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640, v. 16, n. 1, p. 1020-1035, 2021.

BORGES, Fabrícia Villefort; SALES, Maria Diana Cerqueira. **Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde.** Pensar Acadêmico, v. 16, n. 1, p. 13-27, 2018.

BRASIL. Ministério da saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 48, de 16 de março de 2004 - **Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos.** Brasília, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/rdc0048_16_03_2004.html. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de**

Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_me_dicinais_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 971, de 3 de maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

CARNEVALE, Renata Cavalcanti; BANDEIRA, Mary Anne Medeiros; DE BARROS, Nelson Filice. **Fronteiras da implantação e implementação da farmácia viva no Brasil.** Pontes, 2021.

CERATTI, Carina. **Naturopatia/Naturopatia: Uma Nova Racionalidade Médica?** Editora Appris, 2023.

DA SILVA, Artur Alves; PADILHA, Wandson Alves Ribeiro. **Fitoterapia e desmedicalização na Atenção Primária à Saúde: um caminho possível?** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 17, n. 44, p. 2521-2521, 2022.

DA SILVA JÚNIOR, Eugênio Bispo *et al.* **Farmácia viva: promovendo a saúde por meio da fitoterapia no Brasil-uma revisão sistemática.** Contribuciones a las ciencias sociales, v. 16, n. 8, p. 9402-9415, 2023.

DA SILVA RODRIGUES, Leticia; DE OLIVEIRA ALVES, Matheus Luidy. **FITOTERAPIA: os riscos do uso de plantas medicinais.** 15ª JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E 12º SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS, v. 15, n. 1, 2023.

DE MEDEIROS, Robson Luís Silva *et al.* **Sustentabilidade na educação: integrando a agroecologia e plantas medicinais nas escolas.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 18, n. 5, p. 151-155, 2023.

DE SOUZA LIMA, Bruna Soares *et al.* **Fitoterapia: Toxicidade e desinformação.** SAÚDE DINÂMICA, v. 3, n. 3, p. 83-97, 2021.

DO CARMO, Elaine Ozorio; DA SILVA, Vânia Aparecida Santos. **Educação e saúde: uma proposta de implantação da farmácia viva nas escolas públicas.** Revena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 5, p. 99-106, 2023.

FERNANDES FILHO, Antônio *et al.* **Sustentabilidade na produção de plantas medicinais: práticas sustentáveis na agricultura familiar em Cajazeiras PB:** Sustainability in the production of medicinal plants: sustainable practices in family farming in Cajazeiras PB. Revista Coopex., v. 15, n. 3, p. 5720-5731, 2024.

FERREIRA, Eberto Tibúrcio *et al.* **A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro.** Brazilian Journal of Health Review, v. 2, n. 3, p. 1511-1523, 2019.

GOMES, Israelly Soares *et al.* **Cantinho da cura: herança cultural das plantas medicinais.** Anais VIII CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/90990>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

MARQUES, Paola Alvares *et al.* **Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos.** Brazilian Journal of Natural Sciences, v. 2, n. 1, p. 15-15, 2019.

MATTOS, Gerson *et al.* **Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 37353744, 2018.

NERIS, Jaqueline Couto *et al.* **Promoção e recuperação da saúde através da Farmácia Viva.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 11, p. 1579-1586, 2023.

NEVES, Teresa *et al.* **Farmácia Viva Farmácia Viva: Inovação, Ensino, Pesquisa e Assistência: Plano de ação entre Ensp/Farmanguinhos para o campus da Fiocruz-RJ.** Anais do Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, 2022.

PEREIRA, J. B. A. *et al.* **O papel terapêutico do Programa Farmácia Viva e das plantas medicinais.** Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 17, n. 4, p. 550561, 2015.

ROSA, Ana Paula *et al.* **Pesquisa e Inovação Farmacêutica: Farmácia Viva.** Pesquisa e Inovação Farmacêutica: Farmácia Viva, 2022.

SARAIVA, Sarah Raquel Gomes Lima *et al.* **A implantação do programa de plantas medicinais e fitoterápicos no sistema público de saúde no Brasil: uma revisão de literatura.** Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação, v. 1, n. 1, 2015.